ISSN: 2358-8829

MURAIS PARA SENTIR: PROCESSO EDUCATIVO INTERDISCIPLINAR E IMPACTOS SOCIAIS DA ARQUITETURA APLICADA À SAÚDE MENTAL

Renata do Carmo Mota Alves [1]

INTRODUÇÃO

A organização do cuidado em saúde mental no Brasil foi, por décadas, estruturada em torno do afastamento do convívio social. O modelo centrado no hospital que se consolidou ao longo do século XX concentrou o atendimento em grandes instituições, nas quais a internação prolongada operava simultaneamente como tratamento e como forma de segregação. Os documentários Holocausto Brasileiro (2016) e Em Nome da Razão (1979), exibidos às turmas no primeiro encontro da atividade aqui relatada, apresentaram esse percurso a partir do caso do Hospital Colônia de Barbacena, oferecendo aos estudantes o repertório histórico que fundamentaria as decisões projetuais adotadas meses depois.

A partir da Reforma Psiquiátrica, consolidada na Lei nº 10.216/2001, o modelo assistencial brasileiro foi redirecionado para a rede comunitária, e a desinstitucionalização passou a ser compreendida não apenas como reorientação do modelo assistencial, mas como processo social complexo que incide sobre mentalidades, práticas e formas de estar no mundo (AMARANTE, 2012). Esse deslocamento produziu uma rede de serviços territoriais cuja materialidade, no entanto, raramente é problematizada pela arquitetura.

Os Centros de Convivência e Cultura ocupam posição singular nessa rede. Diferentemente dos serviços de atenção psicossocial de base clínica, essas instituições são definidas como espaços comunitários de porta aberta, voltados à convivência, à arte, à cultura e à redução do estigma (BRASIL, [s.d.]). São, portanto, equipamentos cuja razão

[1] Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, professora no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, no Centro Universitário de Itajubá – FEPI, cmalves.renata@gmail.com

Este trabalho é resultado da disciplina de Atividade Acadêmica de Extensão das turmas de 3º e 4º períodos de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Itajubá FEPI, no 1º semestre de 2025.

ISSN: 2358-8829

de existir é a produção de vida coletiva, e não o atendimento de urgência, de modo que, se o serviço existe para a convivência, o ambiente em que essa convivência acontece deixa de ser cenário e passa a ser condição.

Ainda assim, a literatura do campo da saúde coletiva tende a tratar a dimensão espacial como pano de fundo, e a produção arquitetônica sobre equipamentos de saúde mental concentra-se majoritariamente no ambiente hospitalar. Schenkel et al. (2022), ao relatarem uma intervenção artística realizada a partir de um Centro de Convivência e Cultura em Natal, demonstram o potencial dessa articulação, mas tratam a ocupação da cidade, não a qualificação do espaço institucional. É nessa lacuna que o presente trabalho se posiciona.

A formação em arquitetura e urbanismo raramente incorpora a saúde mental ao repertório curricular: o estudante aprende a projetar escolas, hospitais e equipamentos culturais, mas sai da graduação sem instrumentos para compreender como o espaço construído afeta pessoas em sofrimento psíquico e sem ter pisado em um serviço da Rede de Atenção Psicossocial. A Resolução CNE/CES nº 7/2018 oferece o caminho para suprir essa ausência ao definir a extensão como processo interdisciplinar de interação entre a instituição de ensino e a sociedade, integrado à matriz curricular (BRASIL, 2018) — via formativa de mão dupla, em que o conhecimento se constrói no encontro com o outro e não em sua transmissão (FREIRE, 2006).

Este trabalho tem por objetivo registrar a experiência de uma Atividade Acadêmica de Extensão interdisciplinar, articulando arquitetura e psicologia na requalificação do salão principal de atividades de um Centro de Convivência e Cultura por meio da concepção e execução participativa de quatro murais, discutindo os efeitos percebidos sobre o ambiente institucional e sobre a formação dos estudantes envolvidos. Especificamente, buscou-se fundamentar a intervenção nos princípios da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial; levantar o espaço físico e escutar as necessidades da instituição e de seu público; conceber e executar as intervenções com validação prévia da diretoria; e analisar as percepções de conviventes, funcionários, diretoria e alunos ao longo do processo.

Trata-se de relato de experiência de abordagem qualitativa, desenvolvido ao longo do primeiro semestre letivo de 2025 com estudantes do 3º e 4º períodos do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Itajubá - FEPI, em oito encontros que combinaram estudo teórico, visita de campo, consultoria com profissionais de

ISSN: 2358-8829

psicologia, desenvolvimento projetual e execução manual. A coleta de dados baseou-se em observação participante assistemática, registrada em conversas espontâneas e debate conduzido com os estudantes durante e ao final do processo, e no retorno escrito enviado pelo psicólogo da instituição no dia em que o trabalho foi concluído.

Referencial Teórico

A fundamentação teórica que sustenta essa leitura organiza-se em três frentes. A primeira diz respeito à desinstitucionalização como processo social complexo, que extrapola a mudança do modelo assistencial e incide sobre as formas de ver e estar no mundo (AMARANTE, 2012). A Reforma Psiquiátrica brasileira reorientou inegavelmente o cuidado do hospital para a comunidade, mas o fez de modo desigual e sob tensões persistentes, de modo que a existência de serviços abertos não esgota o programa da luta antimanicomial.

Os Centros de Convivência e Cultura situam-se nesse horizonte como dispositivos que produzem saúde pela arte, pela cultura e pela convivência, e não pela via clínica (BRASIL, [s.d.]). Schenkel et al. (2021) descrevem o funcionamento desses espaços como ambientes híbridos, em que a produção estética opera como afirmação de existência e como estratégia de inscrição dos sujeitos na cidade. É essa compreensão que permite tratar a intervenção no salão de um centro de convivência não como decoração, mas como prática de cuidado.

A segunda frente concerne à relação entre arte, ambiente e saúde. A teoria dos ambientes restauradores sustenta que determinadas configurações espaciais favorecem a recuperação da fadiga mental e a redução do estresse, e que ambientes naturais ou com presença de elementos naturais tendem a ser particularmente restauradores, por oferecerem coerência, legibilidade e continuidade à experiência perceptiva (KAPLAN, 1992). Nogueira, Favareto e Arana (2024), em revisão sistemática de estudos empíricos sobre ambientes verdes e saúde mental, confirmam a associação entre contato com áreas verdes e promoção de qualidade de vida, com redução de níveis de estresse e de fadiga mental, ainda que apontem a escassez de estudos que estabeleçam relações de causalidade.

A arte comparece nesse debate por outra via: como dispositivo que amplia a comunicação para além da linguagem verbal e mobiliza expressão, autoestima e

equilíbrio emocional, conforme demonstram Coqueiro, Vieira e Freitas (2010) em experiência de arteterapia em serviço de saúde mental.

A terceira frente refere-se à extensão como processo formativo. A Resolução CNE/CES nº 7/2018 estabelece que a extensão se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação entre a instituição de ensino e os demais setores da sociedade (BRASIL, 2018). Freire (2006), ao discutir a extensão como comunicação e não como transmissão de saber, já havia formulado a crítica que permanece atual: a ação extensionista que não reconhece o saber do outro reproduz a lógica da educação bancária, ainda que sob aparência de serviço. Ainda que o presente relato não configure pesquisa-ação em sentido estrito, seus princípios orientaram as escolhas metodológicas aqui descritas, em especial a escuta prévia, a votação das propostas e a validação institucional como etapas do processo e não como formalidades.

METODOLOGIA

O trabalho constitui-se como relato de experiência de abordagem qualitativa, da Atividade Acadêmica de Extensão desenvolvida com estudantes do 3º e 4º períodos do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Itajubá, no primeiro semestre de 2025, em parceria com o Centro de Convivência e Cultura Dr. Bezerra de Menezes (CCCBM), instituição sem fins lucrativos de Itajubá/MG que atende pessoas com transtornos mentais encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde via CAPS ou UBS, cujos conviventes frequentam o serviço de forma voluntária.

O percurso organizou-se em oito encontros que articularam estudo teórico, campo, consultoria profissional, projeto e execução, e cuja sequência não foi apenas cronológica, mas construtiva: cada etapa produzia as condições da seguinte, e nenhuma delas poderia ser antecipada sem prejuízo do resultado. O semestre abriu-se pela fundamentação com a apresentação da proposta à turma, a introdução à temática do tratamento dos transtornos mentais e a exibição dos documentários Holocausto Brasileiro (2016) e Em Nome da Razão (1979), que situaram historicamente o modelo asilar e a construção da luta antimanicomial.

No encontro seguinte a turma foi ao Centro de Convivência pela primeira vez: reconheceu o contexto e o público do serviço, levantou as dimensões do salão principal de atividades e avaliou, no próprio espaço, as possibilidades de intervenção (Figura 1).

Figura 1 - Visita da turma ao Centro de Convivência e Cultura Dr. Bezerra de Menezes.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 2 - Consultoria com psicólogo do CCCBM e uma professora da FEPI.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O terceiro encontro trouxe a consultoria que daria consistência ao projeto. O psicólogo da instituição e uma professora do curso de Psicologia da FEPI apresentaram as diretrizes de trabalho e as limitações a serem observadas, estabelecendo o que seria pertinente propor àquele público e o que deveria ser evitado (Figura 2). Esse encontro alterou o rumo de várias propostas em gestação e foi determinante para que a intervenção não se configurasse como aplicação de um repertório arquitetônico sobre um público, mas como resposta a uma escuta.

Da fundamentação e da escuta veio a etapa projetual, que ocupou os três encontros seguintes. A turma pesquisou referências teóricas e arquitetônicas, definiu as diretrizes de harmonia entre os quatro murais — para que o conjunto fosse lido como unidade e não como justaposição — e iniciou as propostas em grupos. Posteriormente, os esboços foram apresentados e submetidos a votação entre os estudantes, e a proposta escolhida foi preparada para validação na diretoria do Centro de Convivência. A instituição devolveu os ajustes que considerava necessários, que foram incorporados pela turma durante o detalhamento do projeto e definição de materiais e orçamento.

A execução ocorreu em 12 e 13 de junho, onde o processo se converteu em coisa (Figura 3). Durante a pintura, os estudantes organizaram-se de forma espontânea em frentes de trabalho, identificando os materiais necessários a cada serviço, criando estratégias para transpor a escala dos desenhos de projeto para a parede e coordenando o preparo simultâneo de tintas para os quatro murais, sem que essas funções tivessem sido previamente designadas.

ISSN: 2358-8829

Figura 3 - Realização da pintura dos murais no salão de atividades do CCCBM.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A atividade caracteriza-se como ação extensionista de caráter formativo, não se configurando como pesquisa com seres humanos. Os registros fotográficos produzidos ao longo do processo foram realizados com anuência da instituição, e sua utilização neste trabalho observou o cuidado de preservação da imagem dos conviventes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro mural tomou como tema a identidade e o pertencimento, e sua execução foi a que mais alterou a relação entre a instituição e sua própria imagem (Figura 4). A proposta consistiu na reprodução da logo do Centro de Convivência sobre a parede, preenchida por carimbos das mãos de conviventes, funcionários, alunos, professora e coordenador do curso. Antes da pintura, o desenho era um signo institucional; depois do carimbo de cada mão, tornou-se o registro de que aquelas pessoas estavam ali. O relato do processo registra que o gesto despertou sentimentos intensos entre todos os envolvidos e tornou a experiência pessoal e significativa para os participantes.

Figura 4 - Mural 1: Identidade e Pertencimento, proposta da turma e foto da pintura final.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

ISSN: 2358-8829

O segundo mural, dedicado ao tema da subjetividade e da reflexão, não teve paleta própria: adotou o azul e o amarelo da logo do Centro de Convivência, reproduzida no mural 1, e essa escolha não foi apenas cromática (Figura 5). Os dois murais ocupam paredes que se defrontam no salão de atividades, de modo que quem está diante de um vê o outro. Manter a paleta significou transformar duas paredes opostas em um mesmo campo visual, de maneira que o mural da identidade institucional e o mural da subjetividade passassem a ser lidos em relação, e não como trabalhos independentes.

Figura 5 - Mural 2: Subjetividade e Reflexão, proposta da turma e foto da pintura final.



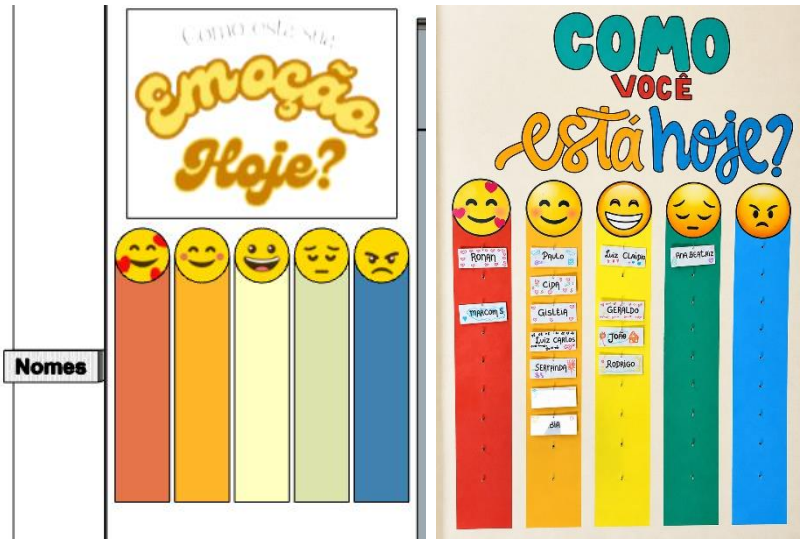
Fonte: Acervo pessoal da autora.

A decisão ganhou sentido quando se considerou o que acontece naquela região do salão. É ali que os conviventes realizam as rodas de conversa diárias, atividade voltada ao trabalho da expressão dos sentimentos e da saúde emocional. O tema do mural, portanto, não foi escolhido de fora: correspondeu à função que aquele trecho do espaço já desempenhava na rotina da instituição. Ao identificar essa correspondência na etapa de levantamento e escuta, a turma pôde propor uma intervenção que reforçasse uma prática existente em vez de instaurar uma nova.

O terceiro mural, voltado à interação e à expressão, distingue-se dos demais por uma característica que só se revelou depois da conclusão do projeto: a proposta previu plaquinhas móveis com os nomes dos conviventes, e a instituição passou a utilizá-las cotidianamente (Figura 6). É o único dos quatro dispositivos que permanece em operação após a saída dos estudantes, e por isso constitui o achado de maior interesse para desdobramentos futuros. A leitura segundo Freire (2006) é aqui especialmente pertinente porque o dispositivo não transmite uma mensagem nem prescreve um comportamento: oferece um meio de expressão cuja apropriação pertence a quem o utiliza.

ISSN: 2358-8829

Figura 6 - Mural 3: Interação e Expressão, proposta da turma e foto da pintura final.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O quarto mural, dedicado à imaginação e à descontração, tem uma origem diferente dos anteriores (Figura 7). Seu tema e sua paleta não foram definidos pela turma na etapa projetual, a partir de referências pesquisadas ou de uma leitura do lugar feita pelos estudantes: vieram de um relato.

Figura 7 - Mural 4: Imaginação e Descontração, proposta da turma e foto da pintura final.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Parte dos alunos não pôde participar da visita de levantamento de campo, e para que não perdessem aquela etapa do processo, o grupo retornou ao Centro de Convivência

ISSN: 2358-8829

em outro dia, quando efetivamente participou das atividades realizadas no salão junto aos conviventes. Foi nesse momento que os conviventes conversaram com os alunos sobre o espaço que gostariam de ter ali, expressando seus gostos pessoais, cores favoritas e o que desejavam ver naquelas paredes. Os alunos levaram esse relato de volta à turma, e dele se formulou a proposta de uma paisagem natural em tonalidades verdes.

O episódio altera o modo como o resultado deve ser lido, porque a condição que o produziu não foi prevista. Um grupo que perdeu a visita técnica acabou tendo, por isso, a experiência de convivência que a visita técnica não proporcionaria: passou uma tarde nas atividades do serviço, junto às pessoas que frequentam o Centro, em vez de medir paredes e fotografar o salão. O mural 4 nasceu dessa circunstância, e o fato de o pedido ter vindo de conviventes em atividade, e não de uma consulta formal, confere ao achado uma qualidade que as outras três intervenções não têm: a de ser registro de uma escuta que surgiu do convívio.

Além dos quatro temas, o processo produziu um resultado que não estava previsto na proposta original e que se revelou o de maior interesse para o campo da arquitetura: a formação dos estudantes durante a execução. Nos relatos colhidos ao final do processo, os estudantes valorizaram a interdisciplinaridade dos conhecimentos mobilizados e descreveram o trabalho artesanal como gerador de empatia em relação ao público da instituição. Assim, a atividade produziu aprendizagem em domínios que a sala de aula dificilmente alcança: a coordenação de equipe sob restrição de tempo, a tradução do desenho técnico em execução real, a negociação com uma instituição e seus profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada atingiu o objetivo de articular arquitetura e psicologia na requalificação do salão principal de atividades de um Centro de Convivência e Cultura, produzindo quatro intervenções concebidas, validadas e executadas coletivamente ao longo de um semestre letivo, e permitiu examinar o que essa articulação produziu sobre o ambiente institucional e sobre a formação dos estudantes envolvidos.

O percurso pelos quatro murais não se organizou por temas, mas pelos modos distintos de participação na decisão do que ficaria naquelas paredes, e é essa variação que sustenta a conclusão principal do trabalho. Os murais 1 e 2 derivaram de decisões da turma materializadas com a participação da instituição, o primeiro pela inscrição das mãos de conviventes, funcionários, alunos, professora e coordenador sobre a logo do Centro, o

ISSN: 2358-8829

segundo pela continuidade cromática que vincula duas paredes que se defrontam e que abrigam as rodas de conversa diárias. O mural 3 derivou de um dispositivo projetado para a apropriação cotidiana e segue em uso pelos conviventes após a conclusão do projeto. O mural 4 derivou de um pedido, formulado por conviventes a um grupo de alunos que retornou ao Centro para participar das atividades do salão. O salão, portanto, não foi projetado para os conviventes: foi construído com eles, e em graus diferentes de participação conforme a origem de cada proposta.

Dessa configuração decorrem três conclusões. A primeira é que a intervenção artística em equipamento de saúde mental opera simultaneamente sobre o ambiente e sobre os sujeitos, e que a inscrição física da identidade institucional, como no mural dos carimbos de mãos, constitui gesto cuja densidade simbólica a discussão sobre ambiência em saúde costuma desconsiderar.

A segunda é que dispositivos móveis e de uso cotidiano, no mural 3, prolongam a presença da intervenção para além do momento de execução, o que sugere atenção projetual específica a esse tipo de objeto em futuros trabalhos. A terceira é que a atuação da extensão universitária, quando vinculada a um equipamento real da rede de saúde mental, produz aprendizagem em domínios que a formação tradicional em arquitetura dificilmente alcança: a negociação com uma instituição e seus profissionais, a escuta de públicos não familiares ao projetista e a coordenação de execução sob restrições materiais e de tempo, todas relatadas pelos estudantes como ganhos do processo.

Um quarto aspecto merece registro, ainda que não se configure como conclusão. A surpresa manifestada por conviventes, funcionários e diretoria diante da qualidade das pinturas, referida pelo psicólogo da instituição, revela uma expectativa prévia baixa quanto ao que a universidade poderia entregar àquele serviço. A superação dessa expectativa sugere que a parceria entre curso de arquitetura e serviço de saúde mental dispõe de um espaço de construção que ainda não foi explorado, e é nesse horizonte que a experiência aqui relatada encontra seu sentido institucional.

O trabalho apresenta limites que devem ser explicitados. A observação foi assistemática, não se aplicaram instrumentos padronizados de avaliação e não foram realizadas entrevistas estruturadas com os conviventes, de modo que as percepções atribuídas à instituição e a seus frequentadores foram referidas pelo psicólogo e observadas no contato com a equipe durante o processo. Não houve avaliação anterior à

intervenção nem acompanhamento posterior, o que impede qualquer afirmação sobre a duração dos efeitos percebidos.

Como prospecção, aponta-se a possibilidade de replicação da experiência em outros serviços da Rede de Atenção Psicossocial, preferencialmente com desenho avaliativo que inclua instrumento de medida aplicado antes e depois da intervenção, de modo a produzir evidência sobre efeitos ambientais e subjetivos que este relato apenas indica. O acompanhamento do uso cotidiano das plaquinhas móveis constitui a frente mais imediata, por ser o único dispositivo que permanece em operação após a conclusão do projeto.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Saúde Mental; Arte; Centro de Convivência e Cultura.

Este documento segue a Portaria CNPq nº 2.664/2026 (Política De Integridade Na Atividade Científica), declarando o uso da IA generativa ADAPTA ONE para organização de pesquisa, revisão ortográfica e gramatical. O conteúdo final foi integralmente revisado e é de responsabilidade da autora.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. D. C. Saúde mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidado. In: GIOVANELLA, L., ESCOREL, S., LOBATO, L. V. C., NORONHA, J. C., and CARVALHO, A. I., eds. **Políticas e sistemas de saúde no Brasil** [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 635-655. ISBN: 978-85-7541-349-4. https://doi.org/10.7476/9788575413494.0023. Acesso em 26 out. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Diário Oficial da União: Brasília, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ces/2018/rces007_18.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: Brasília, 9 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Centros de Convivência e Cultura (CECO). Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/ceco. Acesso em: 26 out. 2026.

COQUEIRO, Neusa Freire; VIEIRA, Francisco Ronaldo Ramos; FREITAS, Marta Maria Costa. Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 23, n. 6, p. 859–862, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-21002010000600022.

EM NOME DA RAZÃO. Direção de Helvécio Ratton. Belo Horizonte: [s.n.], 1979. 1 vídeo (25 min).

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HOLOCAUSTO BRASILEIRO. Direção: Daniela Arbex e Armando Mendz. Produção: HBO Brasil. São Paulo: HBO, 2016. 1 áudio/vídeo (90 min).

KAPLAN, Stephen. The restorative environment: Nature and human experience. In: RELF, D. (ed.). **The role of horticulture in human well-being and social development. Portland**: Timber Press, 1992. p. 134-142.

NOGUEIRA, Zilda Rodrigues; FAVARETO, Ana Paula Alves; ARANA, Alba Regina Azevedo. AMBIENTES VERDES RESTAURADORES E SAÚDE MENTAL: REVISÃO SISTEMÁTICA. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v. 20, p. e2024, 2024. DOI: 10.14393/Hygeia2068349.

SCHENKEL, J. M.; SILVA, G.W.S; AMORIN, A. K. de M.A.; MIRANDA, F.A.N.; CARVALHO, J.B.L.; RIBEIRO, S. E. A.; DE ALMEIDA, A. C.; SILVA, M. M.. Saúde mental, arte e desinstitucionalização: um relato estético-poético-teatral de uma ocupação da cidade. **Cien Saude Colet [periódico na internet]** (2021/out). Acesso em 26 out. 2026.